



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA GAMELEIRA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ.		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2020	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
EXERCÍCIO 2021	129.524,82	0,00	26.243,38	41.377,35	0,00	0,00	61.904,09
EXERCÍCIO 2022	12.539,06	0,00	0,00	6.048,87	0,00	0,00	6.490,19
EXERCÍCIO 2023	12.701,35	0,00	0,00	2.046,82	0,00	0,00	10.654,53
EXERCÍCIO 2024	417.018,74	0,00	406.699,23	537,91	0,00	0,00	9.781,60
EXERCÍCIO 2025	0,00	178.763,95	0,00	0,00	0,00	0,00	178.763,95
Sub-total	575.783,97	178.763,95	432.942,61	50.010,95	0,00	0,00	271.594,36
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	43.545,60	654.067,07	650.739,18	0,00	0,00	0,00	46.873,49
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	30.386,52	375.210,15	308.716,18	0,00	0,00	0,00	96.880,49
ISS	201,50	1.630,70	1.178,20	0,00	0,00	0,00	654,00
PENSAO ALIMENTICIA	13.368,13	51.784,36	56.254,26	0,00	0,00	0,00	8.898,23
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	260,00	2.372,00	2.276,00	0,00	0,00	0,00	356,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	4.754,70	43.111,20	42.786,92	0,00	0,00	0,00	5.078,98
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	187.296,48	770.869,23	765.071,06	0,00	0,00	0,00	193.094,65
OUTROS CONSIGNATARIOS	11.384,88	10.383,12	9.958,38	0,00	0,00	0,00	11.809,62
Sub-total	291.197,81	1.909.427,83	1.836.980,18	0,00	0,00	0,00	363.645,46
T O T A L	866.981,78	2.088.191,78	2.269.922,79	50.010,95	0,00	0,00	635.239,82

LUIZ ANTÔNIO NEVES MENDES DE LIMA
SECRETÁRIO
128.414.554-91

CLARA GIZELLE FEITOZA
CONTADORA
082.826.314-00





NOTAS EXPLICATIVAS DA FLUTUANTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Saúde da Gameleira é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede na rua Dr. Antônio Rigueira, s/n, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área saúde pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 919/1997, O Fundo Municipal da Saúde surgiu inscrito sobre o CNPJ 11.334.929/0001-73, estando atualmente localizado na rua Dr. Antônio Rigueira, s/n, centro da Gameleira, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Secretaria de Saúde.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <https://gameleira.pe.gov.br/>

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde da Gameleira integra a Prestação de Contas Anual do Prefeito Municipal da Gameleira e refere-se às ações governamentais executadas pelo Fundo de Saúde, integrante do Orçamento da Seguridade Social.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 1.274/2024 de 28/11/2024, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o ano de 2022/2025.

Lei 1.270/2024 de 20/08/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025;

Lei 1.275/2024 de 28/11/2024, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual da Gameleira para



o exercício de 2025;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.gameleira.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2025 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI em todos os órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde, referente ao exercício financeiro de 2025 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei n.º 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

1. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERENCIAS CRUZADAS:

ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PARTE V DO MCAPS E NBC 16.6) AJUSTADO AO ICC DO TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna Baixa (pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de



consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC). b) O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna Inscrição de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE). c) Há consistência no somatório das colunas Inscritos do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $(\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO) = \sum (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA). Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum IRPNP - \sum (RNPL + RPNC) (BO) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$. d) Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF). e) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior. f) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

RESTOS A PAGAR:

O saldo anterior dos restos a pagar foi de R\$ 575.783,97. Houve inscrição no total de R\$ 178.763,95, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 432.942,61 e cancelamento no valor de R\$ 50.010,95. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de 0,00 e baixa de 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 271.594,36.

DEPÓSITOS:

O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 291.197,81. Houve inscrição no total de R\$ 1.909.427,83, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 1.836.980,18 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Desta forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 363.645,46.



Não se aplica a este demonstrativo.

DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS:

Não se aplica neste demonstrativo.

RECONHECIMENTO DE INCONFORMIDADES QUE PODEM AFETAR A COMPREENSÃO DO USUÁRIO SOBRE O DESEMPENHO E O DIRECIONAMENTO DAS OPERAÇÕES DA ENTIDADE NO FUTURO:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

AJUSTES DECORRENTES DA OMISSÃO E ERROS DE REGISTROS:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

Luiz Antônio Neves Mendes de Lima
Secretário

Clarice Paulino da Silva
Controle Interno

Clara Gizelle Feitoza
Contadora CRC PE nº 026920/O-7

10 DE ABRIL DE 1896



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA GAMELEIRA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2024	205.112,45	0,00	155.215,25	33,24	0,00	0,00	49.863,96
EXERCÍCIO 2025	0,00	904.925,69	0,00	0,00	0,00	0,00	904.925,69
Sub-total	205.112,45	904.925,69	155.215,25	33,24	0,00	0,00	954.789,65
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2024	1.702.364,32	0,00	1.638.998,00	63.366,32	0,00	0,00	0,00
Sub-total	1.702.364,32	0,00	1.638.998,00	63.366,32	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	1.155,09	5.005,39	5.005,39	0,00	0,00	0,00	1.155,09
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	153.773,49	2.052.852,69	2.008.937,57	0,00	0,00	0,00	197.688,61
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	168.288,94	1.319.519,87	1.222.978,92	0,00	0,00	0,00	264.829,89
ISS	555,98	4.745,03	0,00	0,00	0,00	0,00	5.301,01
PENSAO ALIMENTICIA	1.510,84	9.181,92	8.975,44	0,00	0,00	0,00	1.717,32
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	997,00	11.958,00	11.961,00	0,00	0,00	0,00	994,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	9.138,50	113.433,64	114.163,22	0,00	0,00	0,00	8.408,92
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	173.963,93	2.170.565,91	2.156.777,39	0,00	0,00	0,00	187.752,45
Sub-total	509.383,77	5.687.262,45	5.528.798,93	0,00	0,00	0,00	667.847,29
T O T A L	2.416.860,54	6.592.188,14	7.323.012,18	63.399,56	0,00	0,00	1.622.636,94

CICERO MARCELO DE MELO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
012.102.394-00

CLARA GIZELLE FEITOA
CONTADORA
082.826.314-00





NOTAS EXPLICATIVAS DA FLUTUANTE DO FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal da Educação da Gameleira é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede na rua Dr. Antônio Rigueira, s/n, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área saúde pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 919/1997, o Fundo Municipal da Educação surgiu inscrito sobre o CNPJ 53.323.683/0001-84, estando atualmente localizado na rua Av Manoel Buarque Lins, s/n, centro da Gameleira, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Secretaria de Educação.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <https://gameleira.pe.gov.br/>

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal da Educação da Gameleira integra a Prestação de Contas Anual do Prefeito Municipal da Gameleira e refere-se às ações governamentais executadas pelo Fundo da Educação, integrante do Orçamento da Seguridade Social.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 1.274/2024 de 28/11/2024, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o ano de 2022/2025.

Lei 1.270/2024 de 20/08/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025;

Lei 1.275/2024 de 28/11/2024, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual da Gameleira para



o exercício de 2025;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.gameleira.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2025 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI em todos os órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal da Educação, referente ao exercício financeiro de 2025 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei n.º 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

1. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERENCIAS CRUZADAS:

ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PARTE V DO MCAPS E NBC 16.6) AJUSTADO AO ICC DO TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna Baixa (pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de



consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC). b) O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna Inscrição de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE). c) Há consistência no somatório das colunas Inscritos do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA). Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum IRPNP - \sum (RNPL + RPNC) (BO) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$. d) Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF). e) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior. f) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

RESTOS A PAGAR:

O saldo anterior dos restos a pagar foi de R\$ 1.907.476,77. Houve inscrição no total de R\$ 904.925,69, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 1.794.213,25 e cancelamento no valor de R\$ 63.399,56, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 954.789,65, de restos processados.

DEPÓSITOS:

O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 509.383,77. Houve inscrição no total de R\$ 5.687.262,45, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 5.528.798,93 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Dessa forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 667.847,29.



ANÁLISE GERAL BASEADA NA LINHA TOTALIZADORA:

Houve decréscimo da dívida fluante entre os exercícios de 2024 e 2025 na ordem de R\$ 794.223,60, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 2.416.860,54, as inscrições totais foram de R\$ 6.592.188,14, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 7.323.012,18 e cancelamentos no valor de R\$ 63.399,56. O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 1.622.636,94.

DESCRIÇÃO DOS ITENS MAIS RELEVANTES DA DÍVIDA FLUTUANTE:

Relavância	Descrição da Natureza da Conta	R\$ (Exercício de 2024)	R\$ (Exercício de 2025)
1º	RESTOS A PAGAR PROCESSADO	205.112,45	954.789,60
2º	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO	1.702.364,32	0,00
3º	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	1.155,09	1.155,09
4º	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	153.773,49	197.688,60
5º	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	168.288,94	264.829,80
6º	ISS	555,98	5.301,00
7º	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.510,84	1.717,32
8º	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	997,00	994,00
9º	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	9.138,50	8.408,92
10º	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	173.963,93	187.752,45

EVENTUAIS AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES E OUTRAS OPERAÇÕES:

As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS:

Não se aplica a este demonstrativo.

DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS:

Não se aplica neste demonstrativo.

RECONHECIMENTO DE INCONFORMIDADES QUE PODEM AFETAR A COMPREENSÃO DO USUÁRIO SOBRE O DESEMPENHO E O DIRECIONAMENTO DAS OPERAÇÕES DA ENTIDADE NO FUTURO:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

AJUSTES DECORRENTES DA OMISSÃO E ERROS DE REGISTROS:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

Cícero Marcelo de Melo
Secretário

Clarice Paulino da Silva
Controle Interno

Clara Gizelle Feitoza
Contadora CRC PE nº 026920/O-7



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-GAMELEIRA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2021	6.363,89	0,00	1,70	0,00	0,00	0,00	6.362,19
EXERCÍCIO 2022	1.369,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.369,75
EXERCÍCIO 2023	31.388,42	0,00	811,10	4.084,99	0,00	0,00	26.492,33
EXERCÍCIO 2024	158.006,65	0,00	83.686,82	2.214,88	0,00	0,00	72.104,95
EXERCÍCIO 2025	0,00	172.021,50	0,00	0,00	0,00	0,00	172.021,50
Sub-total	197.128,71	172.021,50	84.499,62	6.299,87	0,00	0,00	278.350,72
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	25.652,27	164.628,15	172.647,82	0,00	0,00	0,00	17.632,60
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	879,22	21.258,40	21.882,89	0,00	0,00	0,00	254,73
ISS	0,00	466,25	466,25	0,00	0,00	0,00	0,00
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	52,00	440,00	463,00	0,00	0,00	0,00	29,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	4.548,81	789,36	724,40	0,00	0,00	0,00	4.613,77
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	38.557,17	69.535,87	63.823,74	0,00	0,00	0,00	44.269,30
OUTROS CONSIGNATARIOS	2.772,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.772,61
Sub-total	72.462,08	257.118,03	260.008,10	0,00	0,00	0,00	69.572,01
TOTAL	269.590,79	429.139,53	344.507,72	6.299,87	0,00	0,00	347.922,73

DAYENNE PRISCILLA ALMEIDA RIBEIRO DE LIMA
SECRETÁRIA
055.064.614-02

CLARA GIZELLE FEITOZA
CONTADORA
082.826.314-00





NOTAS EXPLICATIVAS DA FLUTUANTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Assistência Social da Gameleira é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede na TR Luiz Rodolfo, s/n, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da Assistência Social pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 919/1997, O Fundo Municipal de Assistência Social surgiu inscrito sobre o CNPJ 01.876.387/0001-07, estando atualmente localizado na TR Luiz Rodolfo, s/n, centro da Gameleira, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Secretaria de Assistência Social.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <https://gameleira.pe.gov.br/>

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal Assistência Social da Gameleira integra a Prestação de Contas Anual do Prefeito Municipal da Gameleira e refere-se às ações governamentais executadas pelo Fundo de Assistência Social, integrante do Orçamento da Seguridade Social.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 1.253/2023 de 29/11/2023, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o ano de 2022/2025.

Da lei nº 1.274/2024 de 28/11/2024, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o ano de 2022/2025.

Lei 1.270/2024 de 20/08/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de



2025;

Lei 1.275/2024 de 28/11/2024, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual da Gameleira para o exercício de 2025;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.gameleira.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2025 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI em todos os órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao exercício financeiro de 2025 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei n.º 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

1. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERENCIAS CRUZADAS:

ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PARTE V DO MCAPS E NBC 16.6) AJUSTADO AO ICC DO TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos



demonstrativos de execução dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna Baixa (pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC). b) O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna Inscrição de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE). c) Há consistência no somatório das colunas Inscritos do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $(\sum \text{IRPNP} + \sum \text{IRPP}) (\text{BO}) = \sum (\text{Saldo Anterior RP} (\text{DDF}))$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA). Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F]} (\text{BP}) + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP} (\text{BF})) = \sum (\text{SES} (\text{DDF}))$. d) Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF). e) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior. f) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

RESTOS A PAGAR:

O saldo anterior dos restos a pagar foi de R\$ 197.128,71. Houve inscrição no total de R\$ 172.021,50, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 84.499,62 e cancelamento no valor de R\$ 6.299,87. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de 0,00 e baixa de 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 278.350,72.

DEPÓSITOS:

O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 72.462,08. Houve inscrição no total de R\$ 257.118,03, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 260.008,10 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Desta forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 69.572,01.



ANÁLISE GERAL BASEADA NA LINHA TOTALIZADORA:

Houve acréscimo da dívida fluante entre os exercícios de 2024 e 2025 na ordem de R\$ 78.331,94, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 269.590,79, as inscrições totais foram de R\$ 429.139,53, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 344.507,72 e cancelamentos no valor de R\$ 6.299,87. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, houve inscrição no valor de 0,00 e baixa no valor de 0,00. O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 347.922,73.

DESCRIÇÃO DOS ITENS MAIS RELEVANTES DA DÍVIDA FLUTUANTE:

Relavância	Descrição da Natureza da Conta	R\$ (Exercício de 2024)	R\$ (Exercício de 2024)
1º	RESTOS A PAGAR PROCESSADO	197.128,71	278.350,72
2º	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	25.652,27	17.632,60
3º	IRRF	879,22	254,73
4º	ISS	0,00	0,00
6º	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	52,00	29,00
7º	RETENÇÕES – ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	4.548,81	4.613,77
8º	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	38.557,17	44.269,30
9º	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	2.772,61	2.772,61

EVENTUAIS AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES E OUTRAS OPERAÇÕES:

As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS:

Não se aplica a este demonstrativo.

DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS:

Não se aplica neste demonstrativo.



RECONHECIMENTO DE INCONFORMIDADES QUE PODEM AFETAR A COMPREENSÃO DO USUÁRIO SOBRE O DESEMPENHO E O DIRECIONAMENTO DAS OPERAÇÕES DA ENTIDADE NO FUTURO:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

AJUSTES DECORRENTES DA OMISSÃO E ERROS DE REGISTROS:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

Dayenne Priscilla Almeida Ribeiro de Lima
Secretária

Clarice Paulino da Silva
Controle Interno

Clara Gizelle Feitoza
Contadora CRC PE nº 026920/O-77b83

